

MARIA MANUEL BAPTISTA | JOSÉ EDUARDO FRANCO
(COORDENAÇÃO)

QUANDO A CULTURA FALA MAIS ALTO: UM EXEMPLO QUE NOS INSPIRA

HOMENAGEM A LUÍS MACHADO DE ABREU



1.ª edição | maio, 2024

 EDIÇÕES ESGOTADAS

Lisboa | Porto | Viseu | Aveiro

www.edicoesesgotadas.com

geral@edicoesesgotadas.com

© 2024

Direitos reservados para Edições Esgotadas, Lda.

Título Quando a cultura fala mais alto: um exemplo que nos inspira

Homenagem a Luís Machado de Abreu

Coordenação © Maria Manuel Baptista

© José Eduardo Franco

Revisão de Texto Ana Maria Oliveira | Edições Esgotadas, Lda.

ISBN 978-989-9224-43-8

Execução Gráfica Edições Esgotadas, Lda.



CLIC
universidade de aveiro
centro de línguas, literaturas e culturas



Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

Esta publicação é financiada por fundos nacionais, através da Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P., no âmbito do Projeto UIDB/04188/2020.

**QUANDO A CULTURA FALA MAIS ALTO:
UM EXEMPLO QUE NOS INSPIRA**

—

Homenagem a Luís Machado de Abreu

Coordenação

Maria Manuel Baptista | José Eduardo Franco

BARTOLOMEU DO QUENTAL E A ESPIRITUALIDADE DAS MEDITAÇÕES DA INFÂNCIA DE CRISTO

José Luís Brandão da Luz

Universidade dos Açores

Centro de Estudos Humanísticos

Na oração trataremos muito de argumentar contra nós, e cavar razões eficazes, que nos convençam o juízo de que se siga render-se a vontade.

Bartolomeu do Quental, «Direção para a oração mental».

Bartolomeu do Quental (1626-1698) publicou a sua primeira obra, *Meditações da Infância de Cristo*, em 1666, quando já tinha deixado as funções de capelão e confessor do paço e de pregador da capela real, lugares para que tinha sido nomeado em 1654 e dispensado, a seu pedido, dez anos depois. A obra faz parte da trilogia que inclui *Meditações da Paixão e Morte de Cristo* e *Meditações da Ressurreição de Cristo*, vindas a lume com intervalos dilatados, em 1675 e 1683, respetivamente. Só em data posterior publicou os dois volumes do seu sermonário, em 1692 e 1694, e mais tarde, no final da vida, outra tríade de comentários dos Evangelhos que eram proclamados ao longo do ano nas celebrações dominicais, *Meditações das Domingas do Ano*, com datas de 1695, 1696 e 1699, tendo este último volume saído já postumamente.

Todas as publicações têm por centro a exegese da *lectio divina*, muito embora a retórica argumentativa dos *Sermões* ostente maior erudição e

“ornamento”, com recurso a imagens e cenas do quotidiano, evocação de situações existenciais, descrição de episódios exemplares da vida de santos, apresentação de feitos heroicos de personagens do Antigo Testamento e interpretações autorizadas de teólogos e exegetas, como já tivemos ocasião de tratar²²⁶. As *Meditações*, pelo contrário, que se destinavam a oferecer «matéria à prática da oração», conforme esclarece no “Prólogo ao devoto leitor”, do primeiro volume, começam sempre pela apresentação, em título, do tema a tratar, que é depois desdobrado em três ou quatro pontos de «considerações, breves no discurso, mas dilatadas no afeto, e profundas na admiração»²²⁷ da sua personagem central, o Verbo divino. Cada meditação enuncia, de forma sequencial e muito breve, um passo da vida de Cristo, dentro da moldura temporal desenhada para o volume a que respeita, que é depois explorado até às suas componentes mais ocultas. Com um discurso de «grande engenho e devoção», na apreciação exarada por Fr. António Correia para o *imprimatur* da obra, faz emergir da narrativa bíblica dimensões que, muitas vezes, escapam à leitura corrente do texto sagrado, e que servirão depois para exortar os ouvintes a confrontarem o seu estilo de vida com o ideal evangélico que o poderá aperfeiçoar.

Pretendemos examinar a dinâmica dos exercícios a que o P. Quental devotava infatigável empenhamento, em particular, o primeiro volume das *Meditações*, mas antes iremos atender às linhas de força que

226 José Luís Brandão da Luz, «Bartolomeu do Quental, pregador da redenção do homem», pp. 59-85; «O ideal reformista na oratória de Bartolomeu do Quental», pp. 173-203..

227 *Meditações da Infância de Cristo*, Meditação XI, p. 111.

constituem a sua «Direção para a oração mental, e mais exercícios espirituais», um guia que ele elaborou para conformar a sua prática quotidiana entre os seus seguidores.

I. Guia para a oração

Os temas escolhidos para cada meditação, embora do conhecimento geral, não pretendem fixar a atenção nos momentos históricos da vida de Cristo, com o intuito de criar um ambiente propício a comprazer, emocionar ou arrebatam sentimentos e emoções. Pelo contrário, servem para pôr em evidência alguns significados, em geral três em cada um dos pontos, que possam levar os fiéis a reconhecer os seus desmandos e a decidir emendá-los. A oração mental decorre num ambiente de recolhimento e concentração, onde a análise interior convida à ponderação do que nos tem arruinado espiritualmente, dando depois lugar ao arrependimento e ao propósito de emenda, que se traduz na «reforma da vida, e costumes, guarda dos mandamentos, e dos proveitos, que faz em uma alma»²²⁸. Reveste, por conseguinte, um grau de exigência, simultaneamente de ordem intelectual e prática, que mobiliza o exercício das três potências da alma: a memória, o entendimento e a vontade. Pela memória faz-se presente a matéria a meditar, a qual alimenta o discorrer do entendimento acerca «do que mais importa a um cristão», que é domar as paixões ou os «seus

228 «Direção para a oração mental», em *Meditações da Infância de Cristo*, p. 2

Quando a cultura fala mais alto: um exemplo que nos inspira

torpes apetites», bem como a vaidade, a soberba e a arrogância, que fazem os homens parecerem «uns cavalos desenfreados» ou «uns leões desatados»²²⁹, simples criaturas animais a que falta o ser de homem, que é conferido pela razão. O momento final é obra da vontade que, norteadas pelas razões que a podem pôr em movimento, faz cessar o processo discursivo ou a ponderação argumentativa, para então

*exercitar os seus atos, e lograr os seus afetos, já sejam de aborrecimento do pecado, já de desejo da virtude em geral, ou de alguma em particular, como humildade, mortificação, paciência, castidade, e das mais; e sobretudo os de santo temor, e amor de Deus*²³⁰.

A meditação ou oração mental tem de início uma base reflexiva que, a partir da “matéria” que levamos preparada, nos conduz a pôr em questão, ou seja, a «argumentar contra nós, e cavar razões eficazes, que nos convençam o juízo de que se siga render-se a vontade»²³¹. Todavia, ela não constitui um exercício pautado pela rigidez dos pontos a apreciar, pois, previne o autor,

*nem por isso devemos desprezar algumas outras razões, ou considerações, que nos ocorrerem, e nos possam mover, advertindo que a melhor meditação é a com que cada um se acha melhor, e o melhor caminho, o por onde Deus quer levar uma alma*²³².

229 *Ibidem*, pp. 3-4.

230 *Ibidem*, p. 12.

231 *Ibidem*, p. 19.

232 *Ibidem*, p. 18.

O objetivo é eminentemente prático, a reforma de vida interior, pelo que o lugar concedido ao entendimento não deverá desvigorar os caminhos que conduzem à estimulação da vontade. De acordo com a visão tradicional da psicologia do ato voluntário, a razão intervém para iluminar a vontade, sustentando as suas decisões com a ponderação das razões que lhe convêm. Porque o seu papel visa apenas pôr cada um na posse das «razões que movam a vontade», o exercício da razão somente terá lugar «enquanto a vontade se não mover, que é o fim que se pretende»²³³, devendo cessar de intervir assim que a resolução de agir for tomada.

Como podemos perceber, nas instruções que escreveu para a prática espiritual, o autor mostra-se preocupado em acautelar dois escolhos que a poderão desvirtuar. Em primeiro lugar, um excesso de ponderação que a fixasse no exame das razões que deverão orientar a vontade na reforma de vida interior, ao ponto de paralisar a iniciativa das pessoas, deixando-as na permanente irresolução. Poderemos ver nesta regra o princípio orientador que a sua personalidade revelou na liderança das muitas iniciativas que empreendeu, sempre extremamente ponderado, cauteloso e até lento nas decisões a tomar, mas obstinado em levá-las por diante, sem disposição para reabrir o processo de decisão, depois da deliberação. Em segundo lugar, o cultivo de uma piedade sentimentalista que fosse «buscar à oração consolações, lágrimas, e outras cousas semelhantes, que isso é buscarmo-nos a nós, e não a

233 *Ibidem*, p. 12.

Deus, e sua santa vontade»²³⁴. Certamente que deveremos aceitar estes sentimentos sempre que eles acontecerem, porém, adverte de imediato, não nos poderemos «enfadar, nem entristecer quando faltarem». Fazer depender a oração de sentimentos consoladores que nos possam assaltar é ficar preso da fruição de bens que nos trazem satisfação e preenchem as nossas projeções, o que equivale a fechar o coração ao que Deus nos possa revelar. A advertência compreende-se próxima da experiência da noite escura dos místicos cristãos ou da abolição budista do desejo de toda a realidade, e que levou o misticismo radical de Simone Weil a exigir o desprendimento de todo o desejo de consolação, que dizia ser «um obstáculo à verdadeira fé»²³⁵. Bartolomeu do Quental não desenvolve estas ligações teóricas, mas não deixa de partilhar da sua mundividência quando, nas advertências que faz sobre a natureza e as dificuldades em manter a concentração ao longo de uma meditação, nos convida a não desanimar com a aridez e as múltiplas distrações que nos dispersam, mas a tomá-las como uma mortificação, incitando a perseverar na oração, porque só assim se poderá esperar que ela melhore²³⁶.

234 *Ibidem*, p. 18.

235 Simone Weil, *La paysan et la grâce*, Paris: Librairie Plon, 2007, p. 189. Ver ainda José Luís Brandão da Luz, «Simone Weil et la mystique de l'excès et de l'absence», em Jean Ferrari, Roberto Formisano, Maurizio Malaguti (dir.), *L'action: penser la vie, «agir» la pensée*. Paris: J. Vrin, 2013, pp. 645-648; «Simone Weil e a grandeza da infelicidade humana», em *Razão e Liberdade – Homenagem a Manuel José Carmo Ferreira*, Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2010, v. II, pp. 1531-1549.

236 Cf. «Direção para a oração mental», em *Meditações da Infância de Cristo*, pp. 17-18.

O lugar que o universo devoto da oração reserva à mortificação tira importância aos desejos e aos sentimentos de felicidade, prazer ou consolação, sinais próprios dum modo de ser eudemonista, centrado no cultivo da harmonia do homem consigo mesmo e a natureza ou no incentivo à livre e racional expansão das suas capacidades intelectuais e afetivas. Essas vivências, que nem sempre acompanham os exercícios espirituais ou só raramente têm lugar, não constituem indicadores da boa oração, pelo que a sua ausência não poderá fazer vacilar o empenho e a dedicação a dispensar à sua prática quotidiana. Os exercícios espirituais, assim como a pregação, transmitem um conceito de vida e um ideal de perfeição humana que, muito embora não separe o indivíduo do seu ambiente social, traz consigo a promessa duma felicidade superior, que é apresentada de forma imaginativa, mas sustentada, e incentivada pela pedagogia da imitação da vida de Cristo. Os guias espirituais da meditação não se limitam à prescrição de formulários prontos para uma recitação mecânica, mas encaminham o indivíduo para o interior de si próprio, num esforço persistente e algumas vezes fantasioso, que não se inibe de recriar as cenas evangélicas para as tornar mais verosímeis e acomodadas ao engenho duma argumentação consistente. Mobilizando as três potências da alma, como atrás se viu, a oração mental pede a cada um para passar em revista a sua vida, expondo-a “como num quadro”, de modo a submetê-la a exame, ou seja, a uma autoanálise crítica e argumentativa, induzida pelos pontos que são propostos nos exercícios. O processo, longe de apontar para o refúgio num quietismo apático e intimista, que se limitasse a dispor as pessoas para a espera duma inspiração divina que venha a ressoar no interior

Quando a cultura fala mais alto: um exemplo que nos inspira

da consciência, visa antes desencadear, no maior recolhimento que a prática da oração poderá propiciar, o confronto do estilo de vida com os modelos a imitar. Uma intensa e cadenciada atividade interior não apenas conduzirá cada um a ponderar os entraves e as razões que o afastam do rumo certo, mas também a delinear as estratégias que poderão operar a sua reforma e a encorajar a vontade para proceder em conformidade com o ideal da vida boa.

II. Discursividade das *Meditações*

Os vinte e seis exercícios que compõem as *Meditações da Infância de Cristo* poderão agrupar-se, de modo aproximado, em três grandes segmentos de abordagem da vida do Messias, desde a Anunciação até ao ambiente familiar, em Nazaré. O primeiro segmento desenvolve o significado e as razões teológicas da Encarnação, o segundo incide sobre o nascimento em Belém e o reconhecimento da divindade do menino Deus pelos pastores e Magos do oriente, o terceiro contempla as vicissitudes existenciais inerentes à sua condição humana, como a apresentação no Templo, a fuga para o Egito e o desencontro após a visita ao Templo. Uma meditação final opera a transição para o volume seguinte, ao apresentar de forma imaginativa a vida de Jesus em Nazaré até ao início da sua vida pública. Todas as meditações apresentam, em regra, uma extensão de oito a dez páginas, que terminam, explica o autor na “Advertência”, com um resumo «para se tomar mais facilmente a substância delas depois de lidas». Não vamos acompanhar de perto o

desenrolar de cada uma delas, mas iremos atender antes a três aspetos da discursividade destes exercícios espirituais que se impuseram à nossa leitura, a saber: 1. a robustez dos argumentos e o suporte teológico que os legitima, em particular nas primeiras meditações; 2. a agilidade em extrair das narrativas evangélicas ilações mais ou menos engenhosas e eficazes; 3. o poder ficcional posto ao serviço da doutrinação.

1. Os primeiros exercícios criam, de algum modo, o ambiente que irá marcar as meditações seguintes, «afavorando a vontade» para o recolhimento que trará a presença de Deus ao interior das pessoas, conforme preconiza a preparação para a oração mental, constante do respetivo guia. O tema central é o amor de Deus que se tornou presente no mundo, não deixando a humanidade permanecer no abismo sem retorno em que o pecado a sepultou. O homem decaído jaz no seu pecado, apartado de Deus e sem capacidade e perspectivas de se reerguer. Somente um Deus o poderá então salvar, não no sentido do desabafo de Heidegger, em 1966, na entrevista que concedeu à revista *Der Spiegel*, para vincar a ideia de que a lógica da cultura tecnocientífica tornou o homem incapaz de se compreender a si próprio, mas no sentido que procede duma meditação sobre a debilidade incapacitante do homem e o poder infinito de Deus para a neutralizar.

Para tornar compreensível o dom redentor da Encarnação, o argumento lembra que a rotura aberta pelo pecado entre o homem e Deus é insuperável, por força não da criatura que o cometeu, mas antes da pessoa que foi por ele atingida. O pecado do primeiro homem e o pecado mortal, clarifica o

Quando a cultura fala mais alto: um exemplo que nos inspira

autor, tiram à humanidade toda a iniciativa para o poder remediar. Ambos possuem uma dimensão infinita em razão da pessoa ofendida, pelo que não poderão ser reparados nem por nenhum homem, ou por todos em conjunto, nem por nenhum anjo, que é também de natureza finita:

*toda a satisfação de qualquer pura criatura, e ainda de todas juntas, por maiores que fossem os merecimentos, e mais rigorosas que fossem as penitências, não passaria de valor finito, e limitado, e conseqüentemente não poderia igualar a graveza do pecado, que é infinito em razão da ofensa, por ser contra um Deus infinito*²³⁷.

Por esta razão, acrescenta de imediato, quis a Justiça divina «igual satisfação do pecado» pela Encarnação de seu Filho, em que uma pessoa infinita, assumindo a natureza humana, se pôs ao nível do homem para operar a sua salvação. Os danos que deslaçaram a relação do homem com Deus são incomensuráveis, em razão da dimensão infinita do próprio Deus, pelo que somente uma potência infinita a poderá restabelecer. A iniciativa divina de fazer nascer entre nós o seu próprio Filho, que reveste a mesma perfeição do Pai, resgatou a humanidade, restabelecendo a ligação interrompida. Daí o paralelismo que o autor estabelece, pondo em jogo os sentimentos humanos mais extremos, entre a ação de Deus e a de um rei que, para libertar os seus domínios, decide enviar o próprio filho «para padecer grandes tormentos, e dar a vida por seus vassalos» (II, 46). Consciente dos efeitos emocionais que

²³⁷ *Meditações da Infância de Cristo*, II: 41. Doravante indicaremos no texto, entre parêntesis, o número da meditação, em romano, seguido da página.

esta associação poderá despertar no íntimo das pessoas, não se inibe de lançar de seguida a exclamação melodramática, que não deixará de impressionar os devotos leitores: «quem se não admirará deste excesso? E se esse filho fora o único herdeiro de seus reinos, e dotado de grandes prendas, a que o Pai amasse excessivamente»?

Desta abnegação, incompreensível em termos humanos, mas justificável pela dissecção das noções que lhe conferem sentido, irrompe a meditação sobre o amor de Deus pelo homem que, não se deixando mover pelos agravos que mereciam o maior castigo, lhe traz o remédio para o tirar da ruína. O seu amor revestiu-se da maior misericórdia, tomando o pecado que o homem cometeu não para se vingar dele, mas para se compadecer. Ao contrário dos critérios do mundo, que mandam vingar a honra ofendida, Deus deixou-se mover pela compaixão, encarnando para restabelecer a proximidade que o pecado destruiu: «Porque o homem há de ofender a Deus, Deus decreta encarnar pelo homem; porque o homem pecará querendo ser Deus, Deus se há de fazer homem» (I: 38). Não tomou, no entanto, o corpo de homem feito para «resgatar o mundo no mesmo estado de varão, em que Adão o perdera: mas não quis senão nascer menino» (III: 49) para não se poupar aos sofrimentos e tribulações impostos pelo cumprimento da lei que a todos obriga, pelas perseguições que lhe moveram e pela pobreza do nascimento. Também não escolheu manifestar-se na forma de anjo que, embora mais perfeito do que o homem, não deixa de ser um ente finito que também pecou. Escolheu, antes, nascer de mulher, não de uma princesa ou fidalga, mas de «uma donzela pobre, e desconhecida», para assim «levantar uma criatura

puramente humana à maior dignidade de Mãe de Deus» (III: 51). A humildade a que Deus se sujeitou ao fazer-se homem contrasta com «a excessiva altura a que o homem se levantou. Tendo Deus, e o homem entre si diferença infinita, Deus desce a ser homem, e o homem sobe a ser Deus» (VI: 77), o que o leva a alertar para o perigo de voltar a degenerar, por se envaidecer à vista de tão grande nobreza.

A derrogação do hiato que o pecado instalou entre Deus e o homem explica-se, assim, pela consistência duma discursividade que não se deixa dispersar por esquemas demonstrativos, servidos por cadeias de proposições que se apoiam umas nas outras, ao estilo, por exemplo, da complexa análise cartesiana da Terceira Meditação sobre a ideia de infinito na mente humana. É logicamente insustentável, argumentava Descartes, não muitos anos antes, que o homem possa ser autor de uma ideia com uma perfeição que ele está longe de possuir, pois tal seria admitir que do nada se pudesse originar alguma coisa. Não poderemos conceber que haja mais realidade no efeito do que na causa que lhe dá origem, e que assim o homem possa formar por si a ideia de infinito quer produzindo-a diretamente, quer por composição de outras ideias que possui. Pelo contrário, só o Ser Infinito, que detém todas as perfeições em grau eminente, poderá inscrevê-las na mente finita do homem, deixando nela a marca indelével que o Autor imprime à sua obra. Da mesma forma, a vontade humana não tem a faculdade de fazer mover a vontade divina, pois a ação limitada do homem não alcança nunca a infinita perfeição de Deus, que não se deixa mover por nenhuma carência. O homem, pela sua liberdade, poderá desistir da relação com Deus, mas a iniciativa de a restabelecer não dependerá do seu querer, mas da iniciativa gratuita do Ser Infinito e

Perfeito. O P. Quental dispensa a exposição destes artifícios especulativos, pouco atrativos para os leitores a que se dirige. Todavia, não deixa de ter no horizonte a operatividade que essas categorias filosóficas e teológicas lhe podem oferecer. O propósito de instruir as pessoas na prática da vida espiritual não se detém na exploração de questões teóricas, mas elas não lhe passam ao lado, como se poderá perceber no modo como sabe fazer presente ao olhar dos devotos a densidade ontológica que opõe o ser finito ao Ser Infinito. Toda a carga semântica que a natureza abstrata desses conceitos transporta não alimenta, certamente, uma exposição teórica ou até doutrinária, mas enraíza na experiência comum e religiosa das pessoas, fazendo passar a imagem de um Deus que não desiste do homem, mas toma a iniciativa de restabelecer a proximidade com ele, tirando-o da ruína em que se encontrava.

2. Nas meditações seguintes, a preocupação de prender a atenção dos leitores, mobilizando-os para dimensões ocultas, contidas em conhecidos episódios do Evangelho da infância de Cristo, permite as mais inesperadas ilações que de algum modo operam a desconstrução dessas narrativas. A perturbação de Maria com a saudação do anjo, ao saber dos merecimentos que Deus lhe reconheceu, é posta em contraste com a soberba dos homens à vista do mais pequeno louvor, e também com a indignação que experimentam perante qualquer censura que os melindre (IV: 59). A prudência da Senhora em certificar-se se o que lhe era pedido vinha da parte de Deus contrasta igualmente com a ligeireza de muitos, que logo aceitam, sem qualquer reserva, as propostas que recebem. O autor adverte

Quando a cultura fala mais alto: um exemplo que nos inspira

para os perigos de aceitar sem ponderação quaisquer solicitações, por levar facilmente as pessoas a desiludirem-se e desistirem delas, logo às primeiras dificuldades. Também denuncia o excesso de ponderação que as torna inativas e as paralisa na irresolução em que se deixam ficar: «nunca põem nada por obra, faltando por esta causa muitas vezes ao bem de sua alma, e das de seus próximos» (VI: 74). O recolhimento para a ponderação das razões que devem informar as decisões de cada um não poderá ser dispensado, mas também não poderá impedir ninguém, diz o autor, de «sair a tratar com os homens, quando Deus mo mandar» (VIII: 89).

O nascimento de Jesus mostra-se propício à criatividade do P. Quental, que lhe dedica dilatada atenção. A falta de lugar nas hospedarias de Belém fá-lo notar quão cedo começaram os homens a recusar Jesus, batendo-lhe «com as portas no rosto», deixando a dilacerante interrogação que antecipa o drama da paixão: «meu Deus menino: se isto é à entrada, que será à saída?» (IX: 101). A evocação da falta de abrigo para pernoitar não se fica pela piedosa lamentação, mas oferece ensejo de exortar as almas devotas a disporem-se a dar agasalho a Maria e José, para que assim possa nascer em cada uma o menino Deus.

A adoração dos pastores é revivida em vários atos, em cenas de algum aparato e animação, suscetíveis de envolver o leitor, tornando-o um espetador extasiado, ao bom estilo da teatralidade barroca. A revoada de anjos, que às ordens de Deus Pai desce do céu para reconhecer e adorar o menino Deus «entre os abatimentos do presépio» (XII: 120), conforma a atitude das pessoas perante o maravilhoso que invade o seu

imaginário, incitando-as a participar no espetáculo, não certamente incorporando o agrupamento dos «cortesãos angélicos», mas tomando parte «entre os brutos», que lá também têm o seu lugar. Depois, entra em cena o encantamento do ambiente pastoril, iluminado em plena noite pelo grande anúncio dado por um anjo aos pastores: *Evangeliso vobis gaudium magnum (...): quia natus est vobis hodie Salvator*. Numa completa inversão do estilo do mundo, os mais humildes e simples receberam a revelação do nascimento de Jesus, primeiro do que os «reis poderosos, e sábios» (XIII: 129). Este privilégio concedido aos pastores, adianta de seguida, explica-se porque eles «estavam de vigília, a si e ao rebanho». A boa sintonia que os irmanava tornou-os céleres a decidir, falando entre si para se dirigirem a Belém, e «caminhando com grande pressa» (XIII: 132), remata o autor, no intento de imprimir interatividade e movimento ao fervor da cena. Logo a apoteótica chegada das harmonias dos coros celestes se fizeram ouvir e, no excesso incontido duma grandiosa coreografia, o leitor é convidado a maravilhar-se, no mais recôndito do seu íntimo, com os pastores embevecidos pela suavidade da música celestial que despertará neles a «ternura deste mistério, e saudades do céu» (XIII: 126). A chegada ao estábulo de Belém representa a exaltação final, não pela sumptuosidade da encenação que se excedeu em acordes suaves e mobilização de toda a hierarquia celeste que o autor pormenorizadamente descreve (XIII: 122-123), mas pela visão da humildade e desamparo de um menino frágil, envolto em panos pobres, a apontar os meios de vencer os inimigos da alma: «inocência de vida, pobreza de espírito, humildade, e mortificação» (XIII: 126).

Outro ponto alto das *Meditações* é a adoração dos Magos que, por serem «sábios na astrologia, e versados nas Escrituras» (XVI: 156), foram chamados por uma estrela. Não precisavam de um anjo para lhes anunciar a boa nova, mas apenas de um sinal que saberiam interpretar, ao contrário dos pastores, que eram simples e incultos. Ao verem a estrela, puseram-se em andamento, vencendo todas as adversidades: lonjura do caminho, incomodidades e afastamento dos seus reinos (XVI: 159). Corresponder ao chamamento da estrela deverá motivar todos a seguir em frente nas suas boas decisões, sem tornarem atrás nem se apartarem do rumo por onde os guia o seu brilho. Assim como os apelos de Herodes não demoveram os Magos a mudar o percurso, cada um terá também de responder aos apelos que Deus lhe dirige e persistir na sua jornada. O oratoriano, porém, não se fica pelos apelos da estrela que chama e conduz cada um, no íntimo da consciência, a corresponder à sua vocação, mas acrescenta ainda a direção da estrela exterior que é, diz ele, colocando-se na pele dos leitores, «o confessor, e padre espiritual, que Deus me pôs para me guiar» (XVII: 162). O discernimento sempre reclama outros apoios que façam enxergar mais além, e a perseverança no caminho não dispensa o amparo de uma assistência espiritual experimentada que ajude a não vacilar. A perseverança dos Magos, que não desanimaram quando a ameaça dos perigos foi sinalizada pelo desaparecimento da estrela do seu horizonte, é exemplo de vida para que as pessoas não desistem de alcançar os seus bons propósitos nos momentos de escuridão em que desaparece a estrela que os dirige. Ela voltará a surgir no caminho, como aconteceu aos Magos, depois de deixarem para trás os perigos da

corte de Herodes, em Jerusalém, fazendo-os tomar a direção de Belém, para onde voltou a apontar de novo. Na determinação dos Magos de chegar ao presépio, para adorar o menino Deus, oferecer presentes e depositar as coroas aos seus pés, vê o P. Quental como a fé «é poderosa para cativar entendimentos!» (XVIII: 171). Porque puseram em Deus a estrela que os guiava, eles não desistiram do seu intento e foram conduzidos com segurança ao destino, onde finalmente a estrela parou com firmeza, assinalando o fim da jornada: «só as estrelas que param em Deus são firmes», ao contrário das do mundo que são errantes.

A alusão a todos estes acontecimentos, e aos demais que são tema de outros capítulos, faz sempre sobressair a preocupação em apontar para além das narrativas que dão inspiração à meditação. O pano de fundo que as encaminha remete sempre para dimensões de ordem moral que possam aproveitar as pessoas na tarefa de aperfeiçoamento da vida interior, aproximando-as cada vez mais de um modo de vida virtuoso. O carácter espetacular de algumas descrições servirá talvez o propósito de fixar a atenção das pessoas, despertar alguns sentimentos de elevação e orientar o seu desejo na direção do que as poderá edificar, uma diligência que julgamos revestir maior intensidade nas situações que a seguir iremos abordar.

3. O engenho inventivo de Bartolomeu do Quental é particularmente perceptível em algumas passagens dos exercícios espirituais que temos vindo a considerar, em que, com a maior candura, se envolve em descrições claramente ficcionadas, que excedem a sobriedade de alguns dos relatos evangélicos. Não poucas vezes, a urdidura da intriga que tece

à volta da infância de Cristo exorbita, de forma surpreendente, com amenas encenações, como que a pretender suprir lacunas que essas narrativas deixaram por preencher, acautelando assim a sequência lógica dos acontecimentos e a ordem das razões. Deparamos assim com o esmiuçar dos motivos que levaram a Senhora ao Templo para se purificar, quando não estava a isso obrigada, e à dispensa da oferta de um cordeiro, em troca de duas rolas, não apenas por ser pobre mas por já «haver repartido pelos pobres o ouro, que lhe deixaram os Magos» (XX: 194). A imaginação do autor não se inibe também de compor comoventes cenas, como as que descrevem a preparação do ambiente da gruta de Belém, assim como vivências e variadas ocorrências, antes e depois do nascimento de Jesus. O mesmo acontece com as cenas de despedida da Família sagrada do Egito, ao regressar a Israel, e o modo de vida que Jesus levou em Nazaré, até iniciar a sua vida pública. Tudo serve para engendrar propostas que aproveitem o aperfeiçoamento espiritual dos devotos leitores, presumivelmente pouco interessados em indagações sobre a verdade histórica do que lhes é reportado, mas mais empenhados em encontrar sugestões que lhes alimentem a alma.

Não tendo encontrado lugar onde ficar em Belém, como é sabido, o P. Quental adianta que Maria e José exultaram de felicidade ao terem encontrado alojamento numa cabana de animais, onde teias de aranha cobriam as paredes como se fossem tapeçarias e «uma manjedoura de brutos» iria servir de «berço do Filho de Deus» (X: 105). E logo põe em desvelados trabalhos

o Bem-aventurado S. José a compor aquelas pobres palhinhas com o maior fervor, e ansia, que pode, vigiando-as com cautela de Maria Santíssima, porque se lhe não pegasse o fogo. E postos ambos de joelhos, gastariam o mais tempo em fervorosa oração.

A cena conhece ainda outros desenvolvimentos que dão conta de ambos terem passado

grande parte da noite em alta oração, e afetuosos suspiros, e chegada a hora, que Deus tinha determinado para seu nascimento: absorva a Virgem Mãe em altíssima contemplação, incríveis, e suavíssimos júbilos, nasceu de suas puríssimas entranhas o Filho, que era também de Deus (e foi a primeira vez que o Santíssimo saiu da Custódia),

Remata o piedoso escritor numa inusitada exaltação eucarística, em perfeito alinhamento com o fulgor da dogmática tridentina. Todas as peças da meditação, que são «matéria da oração», se conjugam para apresentar aos leitores um ideal de vida em família, de algum modo congruente com os modos comuns de viver, e despertar neles os mais ardentes desejos de viver, no retiro mais íntimo das suas almas, o ambiente orante do presépio: «Quem aqui não tem muita, e boa oração, quando espera de a ter?», interroga-se em veemente exortação.

Noutra ocasião, divaga sobre o recato da Virgem, sempre em recolhimento em sua casa, de onde apenas saiu duas vezes, uma para visitar Isabel, que estava para ser mãe de João Batista, outra para ir a Belém, em obediência ao édito de César. Na gruta de Belém, manteve a mesma compostura, de onde só se ausentou no dia da sua purificação. Até essa altura, enumera a lida doméstica que a absorvia,

ora com o Menino nos braços para lhe suster o choro e dar o peito, ora na manutenção da vida doméstica, cosendo os panos do Menino, costurando, varrendo e cozinhando, com S. José a prover o sustento da família, tudo a servir de modelo a tomar nas «obras da vida ativa, levando sempre a Deus no coração, indo em sua divina presença» (XIX: 187). Também o regresso do cativo do Egito servirá de ocasião para a mais apurada dramatização. Avisado em sonhos da morte de Herodes, e de que assim poderia voltar com segurança para Israel, José logo tratou do regresso da família, em que todos

se despediram dos vizinhos, e conhecidos, com muitas lágrimas dos egípcios, que tristes de lhes faltar este trato, e conversação, em que teriam tanta consolação, e aproveitamento, mostravam bem pelos olhos a dor de seus corações; e não podendo apartar-se de tão santa companhia, os acompanhariam até fora da cidade, onde deram os últimos abraços, desfazendo os corações pelos olhos, e desejando meter o Menino nos corações; e a Senhora lhes prometeu lembrar-se deles em suas orações pela caridade, com que os haviam tratado, e esmolas, que lhes haviam feito (XXIII: 229).

A propósito da ida da Família sagrada ao Templo, o P. Quental avança a informação de que o Menino Jesus, nos três dias em que lá permaneceu, perdido de seus pais, dispendeu «quase toda a noite em oração, reservando pouco espaço dela para o sono» (XXIV: 237), adiantando ainda que «para seu sustento se valia de algumas esmolas, que pedia pelas portas». Prevenindo a reação desfavorável dos que, vendo-o com doze anos a pedir, fossem impelidos a sugerir que se pusesse “com amo”, ao serviço de algum senhor, adianta a resposta a dar-lhes, que passaria por lhes fazer

saber que servia a muita gente, mas que todos lhe pagavam tão mal que se tornava necessário pedir esmola para o sustento. Finalmente, termina as meditações de forma mais positiva e em oposição à ideia de indigência que acabámos de referir, mas que teria servido o propósito de chamar a atenção para a ingratidão dos homens face aos dons de Deus. Na última meditação, vemos o Menino a repartir o tempo entre a oração e o ofício de carpinteiro, mantendo-se assim sempre ativo «porque a ociosidade acarreta os vícios, arruína a alma, e quando menos, causa frouxidão, e tibieza nos santos exercícios» (XXVI: 254). Alerta, dessa forma, para que ninguém descuide o seu trabalho e o troque pela exclusividade da vida espiritual, que poderá deixar alguns «apertados da necessidade». Todo o trabalho de Jesus como carpinteiro era ocasião de elevação espiritual, que tinha sempre presente a antevisão do martírio do Calvário:

Quando serrava um bom madeiro, se lembraria do da Cruz, em que havia de ser crucificado (...), quando pregava algum prego, se lembraria dos cravos, com que havia ser encravado, oferecendo já as mãos aos cravos enquanto pregava os pregos: quando cepilhava alguma haste, lhe pareceria boa para a lança, com que havia de ser ferido depois da morte: e porque esta lançada já então a não havia sentir por morto, agora se aplicava a senti-la vivo, porque lhe não passasse sem sentimento, e dor alguma ferida (XXVI: 256).

Na vida em família, Jesus era ainda modelo de obediência, crescendo na virtude que sempre praticou antes de a ensinar: «exercitando-se em virtude trinta anos, para sair a pregar três» (XXVI: 261).

III. As *Meditações* e os *Sermões*

Para sustentar tudo o que as *Meditações da Infância de Cristo* poderão conter «de ciência, e de espírito», o P. Bartolomeu do Quental, na dedicatória que abre o pequeno volume, evoca a formação que recebeu na Universidade de Évora e a atividade que exerceu no paço e na capela real. Os estudos de filosofia e de teologia são certamente referidos para conceder respaldo a toda a erudição que ressalta da leitura das vinte e seis meditações que compõem o “livrinho”, conforme o denomina, enquanto a alusão ao paço e à capela real surgem apenas como os cenários da intensa ação pastoral, em particular a que desenvolveu ao serviço da congregação que lá fundou, em 1659, no tempo da regência da rainha D. Luísa de Gusmão. Esta associação de sacerdotes e leigos, desejosos de uma vida interior mais intensa, tinha por missão cuidar da vida espiritual do paço, onde se praticava a oração diária e instaurou o hábito, esclarece na dedicatória, de «um retiro, em que se pratica todos os dias o santo exercício da oração, penitência, frequência dos sacramentos, e mais exercícios espirituais, com fruto, e aproveitamento de tantos, não só irmãos, mas outros muitos, que sem o serem lhe assistem por sua devoção». Foi instituída sob a proteção de Nossa Senhora das Saudades e chegou mesmo a ter estatutos próprios, hoje desconhecidos, mas que sabemos terem seguido as orientações de S. Filipe Néri. A associação evoluiu, posteriormente, para a Congregação do Oratório, fundada pelo P. Quental em 1668, em Lisboa, e que se propagou ainda para outras cidades do reino, assim como para o Brasil e Goa.

Toda esta dinâmica espiritual envolvia, para além do paço, a população em geral que, para o efeito, dispunha duma dependência da capela real, transformada em oratório, com acesso pelo exterior do palácio. Assim cresceu o número dos que acorriam aos exercícios espirituais que o P. Quental dirigia, obrigando-o a repartir a sua atenção por diferentes dias da semana, para atender a uns e a outros. Ao mesmo tempo, como esclarece no prólogo, a necessidade de «encaminhar a todos pelo caminho tão seguro da oração, para a prática dela, e demais exercícios espirituais» tornou indispensável compor um guia que preparasse e conduzisse a prática da oração a quem se dispusesse a realizá-la individualmente, ou até mesmo no recolhimento do próprio lar. A clareza e a concisão dessa «breve direção» dos exercícios espirituais, que supomos ter circulado inicialmente em cópias restritas, foi depois impressa, perante a insistência de «muitos dos confessados», que tomaram «o trabalho, e o custo à sua conta». Procurava-se, desta forma, dar mais facilidade e comodidade à sua utilização e, ao mesmo tempo, servir um número mais alargado de devotos, o que deu ensejo ao P. Quental de acrescentar a série de meditações «que lhes dessem matéria à prática da oração»²³⁸.

O avolumar de obrigações para com a Congregação, que considera «de tanto crédito para o paço, que pode fazer inveja aos mais do mundo», não se compadecia com os cuidados a dispensar para a preparação dos sermões na capela real. Por esta razão, foi acalentando interiormente a vontade de

238 A «Direção para a oração mental, e mais exercícios espirituais», foi publicada no início do primeiro volume das *Meditações da Infância de Cristo* e aparece também a abrir o segundo volume, editado nove anos mais tarde, apenas com ligeiros apuramentos formais.

sacrificar o seu lugar de pregador, para se dedicar a tempo inteiro à crescente atividade pastoral a favor do aperfeiçoamento espiritual dos que o procuravam e da assistência aos mais necessitados, nos cárceres e hospitais. Para este afastamento, terão também contribuído as profundas alterações de ordem política que se seguiram à decisão da rainha regente de entregar o governo do reino a seu filho D. Afonso VI, em 1662. Com o afastamento da rainha, instalou-se o ambiente de degradação na corte e no país, fomentado pelo carácter delinquente do jovem rei e pelas tensões que opunham os apoiantes do monarca incapaz, provocadas pelo conde de Castelo Melhor, e as forças afetas às ambições de poder de D. Pedro II, capitaneadas pelo duque de Cadaval, que haveria de destronar o irmão, em 1667.

Nesse período conturbado do reinado de Afonso VI, a pregação na capela real subiu de tom. Em 1663, no sermão da Circuncisão, em que o costume mandava o pregador dar os bons anos ao rei, o P. Quental dirige-os à rainha-mãe e formula votos para que o monarca se deixe possuir pelas

duas qualidades tão necessárias nos príncipes, ser benigno, e ser guerreiro; benigno para os vassallos, guerreiro para os inimigos; para que comece a obrar feitos tão generosos de rei, e de católico, que comecemos a contar bons anos a Portugal apesar do miserável estado em que se vê²³⁹.

E logo de seguida exorta o rei a observar a lei de Deus que, em nenhum caso, deverá ser transgredida, por mais “apertado” que ele se apresente: «É a lei alma das monarquias, e assim monarquia sem

239 Sermão da Circuncisão. Na capela real. Ano de 1663, v. I, p. 101.

lei, é corpo sem alma». Todos estão sujeitos à lei, incluindo os «reis que dão leis aos reinos, não devem viver sem lei; hão de ter a de Deus por particularmente sua, por ela hão de medir todas as suas ações, e fazer que se guarde inviolavelmente»²⁴⁰.

Numa das últimas pregações na capela real, tomando por tema a frase *Auferetur a vobis Regnum Dei* (Mt 21,43), que Cristo dirigiu aos sacerdotes e fariseus que se encontravam no templo, comenta a parábola dos vinhateiros que mataram os emissários do senhor da vinha, incluindo o próprio filho, para se apoderarem dela. Neste cenário, que alguns biógrafos quiseram transformar numa aviso profético ao rei, que estaria a assistir à pregação²⁴¹, o P. Quental propõe indagar se esta profecia da ruína de Israel «se pode entender de Portugal» para a prevenir. Os vinhateiros assassinos esqueceram-se de que a vinha lhes não pertencia, mas a tinham tomado de arrendamento, estando por isso obrigados às regras do contrato. Procedendo de forma reprovável, «não pagaram os frutos, os que feriram, e mataram os servos», dando um mau exemplo que propagou a desordem e o crime entre os assalariados. A analogia com a dissolução dos costumes e a anarquia do reino era por demais evidente, não iludindo uma associação direta entre a atitude do rei e a dos vinhateiros, que não se empenhavam, como lhes competia, em evitar os roubos, pagar as dívidas, castigar os crimes, guardar a lei. Se a justiça de Deus se abateu sobre os

240 *Ibidem*, p. 105.

241 Cf. Maria Lucília Pires, «O padre Bartolomeu do Quental, pregador da capela real», pp. 165-166; Eugénio dos Santos, *O Oratório no Norte de Portugal*, p. 349.

Quando a cultura fala mais alto: um exemplo que nos inspira

vinhateiros, tirando-lhes a vinha²⁴², também poderá vir a exercer-se sobre o monarca, como alguns biógrafos fizeram crer que o P. Quental tinha afirmado, chegando mesmo a alterar o versículo que ele tomou por tema do sermão, substituindo *regnum Dei* por apenas *regnum*.

Adverte ainda para as nefastas consequências que irão atingir o povo devido ao mau exemplo dos responsáveis pelo governo do reino, estabelecendo uma comparação entre os planetas do sistema solar, que só quebraram as leis do seu movimento uniforme quando o sol se deteve às ordens de Josué, e o que fará o povo se os que presidem à República não observarem as leis:

«Se quebrarem as leis de Deus, e do reino os maiores, que não de fazer os particulares? Se os que não de fazer pagar as dívidas alheias, não pagarem as suas; se os que não de evitar os latrocínios cometerem os roubos; se os que não de castigar as desordens da vinha fizerem os ferimentos, e os homicídios; que não de fazer os mais? Se os lavradores da vinha não pagam os frutos, que haviam fazer os jornaleiros, senão furtar as cepas? Se os lavradores feriam, matavam, apedrejavam, que haviam fazer os jornaleiros senão apedrejar, matar e ferir²⁴³?

Como explica mais à frente, no final do sermão, os cultivadores da vinha são os príncipes e ministros do reino, para além de serem também os membros da igreja e a própria alma. A nenhum deles é dado tratar a

242 Cf. Sermão da terceira terça-feira da Quaresma. Na capela real. Ano de 1664, pp. 258-259.

243 *Ibibem*, p. 262.

vinha como propriedade sua, esquecendo a qualidade de rendeiros, obrigados a cultivá-la e a prestar contas ao respetivo senhor.

Para o P. Bartolomeu do Quental, a pregação deverá ser eficaz «no persuadir com razões, e com exemplos»²⁴⁴, uma orientação que os estatutos da congregação consagraram, mas que sempre norteou a sua atuação na capela real e fora dela, de modo particular nas suas *Meditações*. No afã de alertar o rei e os altos dignitários da corte para as suas responsabilidades, avançará com prudência e moderação, mas nem por isso se inibirá de recorrer a exemplos e imagens que não deixarão ilusões a quem se detiver a escutá-las. João Batista, o herói principal do último domingo do Advento, serve perfeitamente os propósitos da sua cruzada contra os desmandos dos poderosos. Mesmo no período da regência de D. Luísa de Gusmão, no sermão da quarta domingo do Advento, de 1658, o P. Quental toma o procedimento do evangelista Lucas, de fazer anteceder a narrativa da pregação de João Batista da identificação das autoridades do povo de Israel, desde Tibério, imperador de Roma, ao governador, tetrarcas e pontífices do tempo, como forma de identificar os responsáveis pela degradação moral que então se vivia. A responsabilização dos dirigentes nos desmandos do reino é feita sem rodeios, de forma lapidar: «não há cousa, que mais encaminhe, ou perverta as ações dos que seguem, que o exemplo dos que mandam»²⁴⁵. Ou de forma talvez mais incisiva, na comparação da chefia do reino com a cabeça de um corpo:

244 «Estatutos da Congregação do Oratório de Lisboa», em J. Silva Dias, *A Congregação do Oratório de Lisboa. Regulamentos Primitivos*, n.º 14, p. 16.

245 Sermão da quarta domingo do Advento. Na capela real, ano de 1658, v. II, p. 93.

*Fazem os príncipes, e governadores nas monarquias, o que as cabeças nos corpos, e é impossível estarem os corpos sãos, quando as cabeças estão doentes: Cum caput dolet, caetera membra dolent. Todos os movimentos do corpo dependem da sua cabeça, que lhe comunica os espíritos com que se regem, e se a cabeça não governa, não dura o corpo em pé. O corpo político, como o natural, depende para as suas ações, e conservação, dos espíritos, e influências, que a cabeça lhe comunica, se são saudáveis, estão sãos, e senão, estão doentes*²⁴⁶.

Cinco anos depois, por ocasião da mesma festividade, o tema da conversão que João pregava volta à acareação, exortando o rei e os príncipes à penitência, de modo semelhante a David, que foi também rei e penitente. O pregador chega mesmo a enumerar os obstáculos que se levantam à conversão e que será preciso ultrapassar. O primeiro respeita as conjunturas que têm de ser eliminadas, por isso João Batista mandou Herodes expulsar Herodíade de casa, a fim de o mover ao arrependimento; o segundo são as companhias que «destroem a fazenda, a honra, a saúde, a vida, e o que mais é de tudo, a alma»²⁴⁷; finalmente, o terceiro contempla os vícios ou as más inclinações que transformam os homens em brutos. A constatação de que as cortes se mostram pouco ou nada sensíveis aos apelos da conversão, pois nem sequer João Batista conseguiu impô-la no paço de Herodes, não significa que a determinação do pregador esmorecesse, antes mantinha-se firme na decisão de prosseguir, como se depreende desta passagem:

246 *Ibidem*, p. 92.

247 Sermão da quarta domingo do Advento. Na capela real, ano de 1663, v. I, p. 476.

«por isso mesmo que no paço é mais dificultoso introduzi-la, é mais necessário pregá-la»²⁴⁸. Nas cortes, lembra noutra ocasião a propósito do encarceramento e morte do Batista por ordem de Herodes, «os vícios andam soltos, e as virtudes presas»²⁴⁹. E nas *Meditações da Infância de Cristo*, ao comentar o desaparecimento da estrela que guiou os Magos, assim que eles chegaram à corte de Herodes, comenta o fenómeno, dizendo ser sinal de que «nas cortes, e paços do mundo ordinariamente desaparecem as estrelas de Deus»²⁵⁰.

Os apelos do pregador não logravam alterar os excessos e escândalos que assolavam a corte, com a inação e cumplicidade do rei, o que acabou por mover o P. Quental a pedir dispensa de funções na capela real e no paço, a fim de se dedicar a tempo inteiro ao Oratório, que funcionava anexo à capela real, e à atividade apostólica das missões. A dispensa foi-lhe concedida em 1664 e, a partir daí, na síntese de Eugénio dos Santos, «repartiu o seu tempo entre as missões pelo arcebispado de Lisboa, a administração dos sacramentos, a direção dos exercícios do Oratório e o incremento das visitas aos hospitais e cadeias»²⁵¹. Compreende-se assim que, já avançado na idade, mostrasse relutância em publicar os sermões de que dizia possuir «baixo conceito», quão afastados se encontravam do estilo de pregação que a sua intensa atividade pastoral de diretor espiritual passou a privilegiar. Os sermões acabavam por

248 Ibidem, p. 465.

249 Sermão da segunda domingo do Advento. Na capela real, ano de 1661, v. II, p. 58.

250 *Meditações da Infância de Cristo*, XVII, p. 163.

251 Eugénio dos Santos, *O Oratório no Norte de Portugal*, p. 34.

fazer cedências à erudição e eloquência, em que os artifícios de retórica distraiam os ouvintes, ao contrário das «práticas meramente espirituais» que privilegiavam um discurso direto, claro e programático, que não deixava escapar o essencial da mensagem pelas malhas artificiosas da erudição e do atavio retórico que o prólogo do primeiro volume das *Meditações* diz que «entibia o afeto». Os discursos de índole espiritual revestem um andamento eminentemente didático, como bem observou Carlos Bobone, que também faz notar o estilo singular do P. Quental, marcado por um excessivo esmiuçar dos quadros bíblicos que, ao ritmo das virtuosidades que a lógica consente explorar, se desdobra em ligações a histórias de vida do dia a dia, claramente preferidas às subtilezas das metáforas²⁵².

252 Cf. Carlos Maria Bobone, «Bartolomeu do Quental», pp. 277-278.

Referências Bibliográficas

- Bobone, Carlos Maria, «Bartolomeu do Quental», em *Brotéria*, Lisboa: 187 (2018) 2-3, pp. 277-278.
- Brandão da Luz, José Luís, «Bartolomeu do Quental, pregador da redenção do homem», em *Os Açores na Filosofia e na Cultura. Estudos II*, Ponta Delgada: Letras Lavadas, 2022, pp. 59-85;
- Brandão da Luz, José Luís, «O ideal reformista na oratória de Bartolomeu do Quental» <http://hdl.handle.net/104000.3/6651>
- Pires, Maria Lucília, «O padre Bartolomeu do Quental, pregador da capela real», em *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas, Anexo V – Espiritualidade e Corte em Portugal, sécs. XVII-XVIII*, Porto: Universidade do Porto, 1993, pp. 155-170.
- Quental, Bartolomeu do, *Meditações da Infância de Cristo Senhor Nosso. Da Encarnação até aos Trinta Anos de Sua Idade. Com uma Direção para a Oração Mental, e mais Exercícios Espirituais. Compostos pelo P. Bartolomeu do Quental, Clérigo do Hábito de S. Pedro, Natural da Ilha de S. Miguel*, Lisboa: Domingos Carneiro, 1966.
- Quental, Bartolomeu do, *Sermões do Padre Bartolomeu do Quental*, 1.^a parte, Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, 1692.
- Quental, Bartolomeu do, *Sermões do Padre Bartolomeu do Quental*, 2.^a parte, Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, 1694.
- Santos, Eugénio dos, *O Oratório no Norte de Portugal. Contribuição para o Estudo da História Religiosa e Social*, Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Universidade do Porto, 1982.
- Silva Dias, José Sebastião da, *A Congregação do Oratório de Lisboa. Regulamentos Primitivos*, Coimbra: Universidade de Coimbra, 1966.